

## UMA ANÁLISE SOBRE A QUALIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Luilson Lucas de Melo<sup>1</sup>  
Vânia Karla Dantas Ricardo<sup>2</sup>  
Vanderlânia Dantas Ricardo<sup>3</sup>  
Marcos Vieira da Silva<sup>4</sup>

### RESUMO

Este estudo traz uma análise sobre a qualidade de ensino e aprendizagem nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual João Tertulino Lopes, a partir do Projeto Político Pedagógico. O ponto de partida para a investigação foi o seguinte questionamento: como ocorre, o ensino e a aprendizagem nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual João Tertulino Lopes - Itajá/RN, a partir do Projeto Político Pedagógico? O estudo, de abordagem qualitativa, tem como técnica de investigação a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Para a realização do estudo buscou-se um aporte teórico em Libânio (2009), Delors (1999), Morim (2001) e Carvalho (2006). Esta pesquisa foi realizada, a fim de se fazer uma análise do Projeto Político Pedagógico da Escola, com a finalidade de verificar as concepções de ensino e aprendizagem em uma perspectiva educacional de qualidade, e ao mesmo tempo, refletir sobre as estratégias didático-pedagógicas voltada para a formação de uma sociedade, com ações subsidiada pelo PPP, pois nele deve conter todo o legado e estratégias que possibilitem a realização de um fazer docente educativo, em que todos os alunos tenham os mesmos direitos ao processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Escola, Projeto Político Pedagógico, Ensino-aprendizagem.

### INTRODUÇÃO

A realidade educacional na contemporaneidade e as exigências postas pela sociedade coloca em discussão uma escola para todos. Sobre esta discussão, a escola, enquanto espaço social de construção e reconstrução de saberes, lugar de sonhos e de desejos, com toda a diversidade cultural de gêneros, cor, raça e acima de tudo com pessoas com as mais diversas diferenças sociais, precisa repensar seu fazer docente.

Certamente, é o ambiente escolar que precisa possibilitar à sociedade a garantia de ensino-aprendizagem para a vida, garantindo que todas as pessoas matriculadas no espaço escolar participem ativamente do processo educacional, permaneçam na escola e todos tenham as mesmas condições de aprender.

---

<sup>1</sup>Graduado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, luilson\_lucas@hotmail.com;

<sup>2</sup>Graduado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, vaniakarladr@hotmail.com;

<sup>3</sup>Graduado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, laninha.preta@hotmail.com;

<sup>4</sup>Graduado pelo curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e Especialista em Educação e Contemporaneidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Campus Mossoró/RN, marcosvieira\_rn19@hotmail.com;

Um dos grandes desafios da escola é oferecer ações educativas capazes de incluir e integrar as pessoas que estejam no processo de formação, desafio este que precisa estar embutido na concepção político social da instituição, afim de fazer nascer no seio da escola o desejo e a necessidade de inclusão. Incluir para aprender e não apenas oferecer o acesso superficial do aluno com necessidade diferenciada de aprendizagem dentro do espaço escolar, mas oferecer a esses alunos as mesmas oportunidades de ensino-aprendizagem que são oferecidas aos demais.

## METODOLOGIA

Este artigo tem como objetivo geral, analisar a qualidade de ensino e aprendizagem nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual João Tertulino Lopes<sup>5</sup>. Vale ressaltar que foi essa a escola cujo documento é um dos eixos norteadores da nossa pesquisa. De posse das informações contidas nesse documento, seguimos com a interpretação indutiva, característica predominante na abordagem qualitativa. Conforme Bogdan e Biklen (1994, p.16):

Utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. Ainda que os indivíduos que fazem investigação qualitativa possam vir a selecionar questões específicas à medida que recolhem os dados, a abordagem à investigação não feita com o objetivo de responder a questões prévias ou de testar hipóteses. Privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação.

Também foram adotadas nesta investigação a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. A diferença entre ambas está na natureza das fontes, enquanto a bibliográfica se utiliza das contribuições de autores, a documental vale-se de materiais que não foram reconhecidos ou publicados, podendo ser reelaborados de acordo com os objetos analisados.

Em outras palavras, a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não pertencentes a arquivos públicos, arquivos particulares de

---

<sup>5</sup>Artigo científico apresentado ao curso de Pós-Graduação lato sensu em Ensino de Geografia e Meio Ambiente, da Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, como requisito necessário para obtenção do título de especialista em Ensino de Geografia e Meio Ambiente.

instituições e domicílios e fontes estatísticas (LAKATOS; MARCONI, 2001). Percebemos que este tipo de pesquisa é essencial quando o problema requer alguns dados dispersos no tempo e no espaço. Porém, deve-se ter atenção à qualidade das fontes utilizadas, pois a utilização de dados equivocados reproduz ou amplia seus erros.

Por essa razão, utilizamos também a pesquisa bibliográfica, considerada uma fonte de coleta de dados secundária. Refere-se às contribuições pretéritas culturais ou científicas sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado no presente. Para Lakatos e Marconi (2001, p.183), a pesquisa bibliográfica

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Com efeito, todo trabalho científico ou pesquisa precisa estar apoiado na pesquisa bibliográfica, para que não haja desperdício de tempo com uma problemática que já foi solucionada e se chegue a conclusões e definições inovadoras.

Esta pesquisa, nos moldes acima especificados, trata-se de um estudo de caso fundamentado na lógica do uso de várias fontes de evidências. A utilização dessa diversidade de fontes na coleta de dados é uma necessidade e, ao mesmo tempo, muito importante para estudos dessa natureza. A técnica de coleta de dados pode e tem sido a única base para alguns estudos em sua integridade. Isso ocorre devido à visão de que o pesquisador deve escolher somente determinada técnica mais adequada ao seu caso ou aquela com a qual esteja mais familiarizado (LAKATOS; MARCONI, 1992).

O presente estudo encontra-se organizado em três tópicos. O primeiro traz uma análise sobre a qualidade de ensino-aprendizagem: a partir do Projeto Político-Pedagógico à luz de teorias sociológicas. O segundo tópico apresenta como ocorre a prática pedagógica de ensino e de aprendizagem e sua relação com o projeto político pedagógico da escola. E, no último tópico, tecemos nossas reflexões sobre o ensino e a aprendizagem com base nos documentos legais e no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual João Tertulino Lopes – Itajá/RN.

## **DESENVOLVIMENTO**

ANÁLISE SOBRE A QUALIDADE DE ENSINO-APRENDIZAGEM: A  
PARTIR DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO À LUZ DE TEORIAS SOCIOLÓGICAS

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

Certamente, a Escola Estadual João Tertulino Lopes – Itajá/RN, tem a visão do contexto social, político, cultural e econômico da sociedade contemporânea como algo complexo, em que o ter vale mais que o ser, e os valores fundamentais para a formação de cidadãos íntegros, éticos e partícipes da construção de uma sociedade mais justa e digna estão sendo pouco difundidos. Isso acarreta uma onda crescente de violência, desumanização, desagregação familiar, entre outros fatores que contribuem para que o trabalho da escola se torne mais difícil.

Os avanços tecnológicos e o acesso fácil a rede mundial de computadores, oportunizam o amplo acesso à comunicação e aos acontecimentos locais, regionais, nacionais e internacionais de forma rápida, o que, muitas vezes, contribui para mostrar que o homem é solidário, mas por outro lado, evidencia a inversão de valores morais e éticos. Segundo Durkheim (1997, p.33):

Essa socialização, segundo Durkheim, compõe o processo de aprendizagem social que permite a absorção das formas de viver da sociedade, seja pensamentos, atitudes, símbolos ou regras. No bojo dessa socialização está a moral da sociedade, a qual é constituída por alguns tipos de regras, direitos e deveres, sistema de recompensa e castigo etc. Essa mesma moral também faz parte da linha mestre de ensino nas escolas, ou seja, as práticas pedagógicas adotadas na educação não são desvinculadas da estrutura social à qual pertence.

A educação, assim, tem papel fundamental, mas sozinha não pode resolver as questões sociais, pois, somente a soma de esforços do trabalho do Poder Público, das instituições educativas e sociedade civil organizada poderão reverter a situação de marginalidade e violência que afetam a população brasileira.

Nesta perspectiva, a EEJTL pretende desenvolver um trabalho educativo que contribua efetivamente para a construção de uma sociedade mais humanizada, que respeite os valores familiares, cristãos e que ajudem na formação de cidadãos conscientes do papel que lhe é atribuído para que a vida em sociedade seja mais harmoniosa e fraterna.

Certamente, busca-se a convivência familiar, escolar e social pautadas nas relações interpessoais de respeito a si mesmo e ao outro para que possamos contribuir para a transformação da sociedade, no sentido de que os valores da vida sejam resgatados e vivenciados.

A escola propõe, portanto, a contribuição para a formação da pessoa humana capaz de refletir sobre a realidade social existente e atue sobre ela com base nos princípios da solidariedade, respeito e ética. De acordo com Durkheim (1997, p.32):

A solidariedade pressupõe direitos e deveres e constitui uma função moral. Entretanto, conforme as sociedades vão se desenvolvendo, aumentando a divisão do trabalho e modificando costumes e crenças, amoral sofre alterações que propiciam um estado de desajuste, caracterizando o que Durkheim chamaria de “anomia”.

Diante do quadro que apresentamos nos Marcos Situacional e Doutrinal, entendemos que o Marco Operativo deve expressar o que queremos ser e o que nos propomos a oferecer: um ambiente escolar colaborador na formação de valores como: respeito às diferenças individuais, libertação da pessoa humana de quaisquer formas de discriminação social, abertura ao diálogo e a ações coparticipativas e favorecedora da interação entre os diversos segmentos da escola. Para Durkheim (1997, p.30):

Para Durkheim a educação exerce coerção sobre os indivíduos, obrigando-os a se conformarem aos seus conteúdos, costumes e hábitos, desenvolvidos na escola e presentes na sociedade, isto é, para que sejamos aceitos na coletividade em que vivemos, é preciso que nos adaptemos às posturas por ela demandadas. A educação também se apresenta de forma exterior ao indivíduo, ou seja, não cabe a ele decidir ou desejar ser educado conforme os padrões estipulados pela sociedade, isso já foi definido antes mesmo do seu nascimento, tem existência própria. E, por fim, a educação tem um aspecto geral, não se trata de um caso isolado e, sim, de um mecanismo adotado na maior parte da sociedade.

As ideias até aqui apresentadas tem por base a proposta pedagógica expressa pela comunidade educativa da EEJTL, à luz da teoria crítica da educação, numa postura pluralista. Essa comunidade educativa tem consciência de que os estudos de Piaget, Vigotsky, Wallon, Freire, Freinet e Habermas estão presentes nas ações que nos propomos realizar para que alcancemos a qualidade do ensino e possamos contribuir para a formação de cidadãos participativos e conscientes do seu papel social.

## A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Um dos grandes desafios proposto as escolas nos dias de hoje é o desafio de oferecer uma prática docente a todas as pessoas, para que essas possam garantir uma formação de homem em sociedade. São inúmeros os questionamentos dos professores no que se refere ao atendimento aos alunos em formação, onde na maioria das vezes o que oferece é um ensino e uma aprendizagem construída sob uma visão distorcida, aonde algumas pessoas que estão

integradas ao processo de formação continuam recebendo um ensino diferenciado dos alunos considerados normais.

Sendo assim, percebe-se a grande necessidade da comunidade escolar, tomar mão desse grande desafio e iniciar um grande processo de reflexão acerca da construção de estratégias que possibilitem a relação e um fazer docente.

Assim, faz-se necessário, convocar toda a escola para juntos discutir caminhos que oportunizem tal atendimento, tendo como princípio que, não é apenas oferecer vagas para as matrículas dos alunos em formação, mas sim oferecer uma educação de qualidade para todos, pois como estabelecido na legislação brasileira é preciso fazer garantir esse direito a todas as pessoas que estejam integrados no processo de formação. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 206, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) lei nº 9.394/94 assim expressa sobre a garantia do ensino:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I** – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
  - II** – Liberdade aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
  - III** – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
  - IV** – Respeito à liberdade e a preço à tolerância;
  - V** – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - VI** – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
  - VII** – Valorização do profissional da educação escolar;
  - VIII** – Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
  - IX** – Garantia de padrão de qualidade;
  - X** – Valorização da experiência extraescolar;
  - XI** – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- (BRASIL, 1996, p.160).

Vê-se, portanto que a garantia legal do direito à educação de qualidade perpassa por uma série de elementos, os quais precisam ser refletidos dentro do espaço escolar, para assim ofertar com qualidade e significativamente o processo de ensino e de aprendizagem. Nesse sentido, de acordo com Silva (2005, p.12):

O Projeto Político Pedagógico deve ser planejado e construído a partir de um diagnóstico que deve mostra um retrato da escola atual desenhado por todos os atores que dela fazem parte (docentes, técnicos, discentes e comunidade) para prever a construção de uma escola pública ideal, o que não determina que seja utópico, pelo contrário, deve-se propor um projeto de escola que seja viável e que esteja ao alcance da comunidade escolar [...], garantindo um ensino com possibilidades de acesso, permanência e sucesso na vida acadêmica.

Nesse contexto, o processo de reflexão nascido na escola deve fazer fluir à vontade e o desejo de se construir o Projeto Político Pedagógico, pois ele torna-se o referencial que a escola irá seguir em busca da oferta de um ensino-aprendizagem capaz de atender toda a sociedade.

A oferta de uma prática pedagógica escolar, conforme vem se discutindo no corpo desse texto, necessita está articulada com as intenções políticas e sociais da escola, a qual precisa está embutida em seu Projeto Político Pedagógico. É o PPP, o principal instrumento de construção de uma escola que possa garantir a formação de homem, pois nele está expresso as intenções da comunidade escolar frente ao oferecimento de uma educação para todos e para todas. Segundo Libâneo, (2009, p.357) “O projeto pedagógico é um documento que reflete as intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais da equipe escolar, tendo em vista um processo de escolarização que atenda a todos os alunos. ”

É no projeto pedagógico da escola que estão estabelecidas as formas de atendimento a todos os alunos, ou seja, neste documento precisa estar posto como a escola deve atender a todos os alunos que estão em processo de formação. Ainda segundo Libâneo (2009, p.360), quando se refere ao Projeto Político Pedagógico da Escola:

O projeto pedagógico considera o já instituído (Legislação, currículos, conteúdos, métodos, formas organizativas da escola e outros), mas tem também algo de instituinte. O grupo de profissionais da escola pode criar, reinventar a instituição, os objetivos e as metas mais compatíveis com os interesses dela e da comunidade.

Portanto, o projeto da escola precisa expressar intenção da escola com o processo de ensino e de aprendizagem, e principalmente com a sua finalidade enquanto, instituição social, promotora de uma formação mais humana e igualitária.

É imprescindível, pois, destacar a sua relevância social. O Projeto Político Pedagógico é o documento que condiciona a ação escola ao sucesso que ela deve obter a todo custo. E a expressão sucesso, neste caso, não designa apenas a realização por obrigação, mas sim pela satisfação de poder contribuir para a elevação dos padrões de qualidade da educação oferecida pela organização de aprendizagem. Para SILVA (2012, p.14):

O Projeto Político Pedagógico da escola não se desvincula de uma prática social e coletiva. Ele se estrutura em duas dimensões: a dimensão política (teoria) e a dimensão pedagógica (prática). Fazendo a relação teoria/prática, RESENDE (1998) afirma que ambas são indissociáveis e que a dependência entre elas se pode perceber quando se faz a relação o fazer educativo e o fazer político.

Dessa forma, o projeto procura dá um rumo, um direcionamento para a ação da escola. O caráter político do projeto é dado quando este se compromete com o social, como já dissemos; ou melhor, quando se preocupa em desenvolver as competências dos indivíduos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, de modo a mobilizá-lo na resolução dos problemas de diferentes contextos.

Vê-se, portanto, a grande tarefa da escola frente a formação dos alunos. Daí a necessidade da construção de um projeto político pedagógico que atenda tal desafio, pois a partir da proposta pedagógica escolar, esta apresentará os caminhos didático-pedagógicos para a construção e o oferecimento de uma formação igualitária.

Nesse processo, a escola precisa estar preparada, desde seu espaço de infraestrutura até a formação de professores. Nesse sentido, o projeto pedagógico lança desafios para a formação dos profissionais da escola, isso porque ele é construído em conjunto com a comunidade escolar, a fim de poder identificar as necessidades para atingir o melhor atendimento. Conforme Delors (1999, p.213):

É preciso reconhecer e da resposta às necessidades específica dos alunos [...], os dirigentes do amanhã [...], é preciso criar outras possibilidades de educação e métodos mais elaborados, para dar respostas às diferenças individuais. Os professores deveriam ser preparados para se adaptar às necessidades de aprendizagem diferentes [...].

Nesse contexto, o projeto político-pedagógico se articula com a relação de uma prática educativa, pois como já apresentado, ele expressa todas as intenções da comunidade escolar frente ao processo educativo. Para Morim (2001) “a escola precisa estar preparada para oferecer ao aluno uma aprendizagem capaz de contribuir para a sua vivência social, frente às inúmeras situações que diariamente o correm na vida do ser humano”.

Assim, a escola é o principal responsável pela a formação do aluno em seus diversos aspectos, o que a torna em um espaço de construção e de reconstrução de saberes, atrelados a sinhôs desejos ideais.

Nesse aspecto, ainda é refletido em Mantoan (1997, p.68) “cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos”. A escola precisa responder as inquietações sociais, para assim, se adequar e se adaptar ao contexto social no meio a diversidade, e ao mesmo tempo, ofertar uma educação que atenda toda essa diversidade existente.

E essas respostas são construídas em conjunto com a comunidade escolar durante a elaboração ou reformulação de seu PPP. Percebe-se que o projeto político-pedagógico é o eixo

norteador das atividades pedagógicas e administrativas, sendo assim a principal possibilidade para que a escola conquiste sua autonomia e seja capaz de delinear sua própria identidade.

Nessa perspectiva é que o PPP se propõe a resgatar a escola como espaço público, lugar de debate e diálogo fundamentado na reflexão coletiva e com o entendimento de que as metas a serem alcançadas se enquadram em políticas públicas de Estado e não de governo, caracterizando a comunidade a continuidade do trabalho proposto, desde que venha contribuir para o desenvolvimento da escola e a melhoria da qualidade do ensino.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em análise do Projeto Político Pedagógico da Escola campo de investigação, verificamos que o referido documento, inicia com uma breve apresentação da caracterização da escola abordando o histórico escolar e fazendo uma breve explanação da infraestrutura física e de recursos humanos existentes, deixando de abordar realidade a qual está inserida, para que assim possa se ter uma visão geral da realidade tanto escolar como também das condições sócio econômicas dos alunos.

É importante que a realidade educacional do aluno, esteja inserida no Projeto Político Pedagógico da Escola, pois é através dessa realidade que a comunidade escolar passa a refletir sobre a qualidade de atendimento educacional oferecido a população, já que a escola precisa responder as inquietações sociais exigidas pela realidade social.

Percebe-se assim, que a escola em seu documento básico, não procura estabelecer em sua caracterização inicial o tipo de escola que quer construir, ou que deseja estabelecer para a formação pessoal e profissional de seus alunos. A escola investigada estabeleceu em seu projeto pedagógico a seguinte missão:

Contribuir de forma efetiva para a formação dos cidadãos conscientes, críticos, criativos, atuantes e responsáveis pelo fortalecimento de uma sociedade mais ética e democrática. Oferecer um ensino com qualidade, por meio de profissionais qualificados para garantir a satisfação e o atendimento aos requisitos de nossa clientela, direcionando nossos esforços para a formação de um ser humano completo, que conheça seus direitos e cumpra seus deveres (EEJTL, 2016, p.19).

Nessa mesma perspectiva, já adotada na missão a escola adotou os seguintes objetivos:

Promover a excelência da qualidade de ensino possibilitando aos educandos a construção dos seus saberes garantindo a sua permanência e o seu sucesso na vida acadêmica;

Subsidiar as mudanças do novo fazer pedagógico, com a finalidade de propiciar uma prática docente voltada a construção de uma escola mais atuante na sociedade;

Contribuir para a conquista da autonomia da escola, objetivando a concretização de uma gestão democrática (EEJTL, 2016, p.20).

Como se percebe, a escola campo de análise tem seu trabalho voltado para o atendimento de qualidade a todos, priorizando os objetivos socioeducativos e familiares para que a educação ofertada tenha a qualidade necessária, voltada para uma formação do cidadão participativo, ético, justo e solidário.

Com base nas informações acima escritas, os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (2001), traz para a disciplina de geografia uma proposta diferenciada e específica na área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirimos uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com os outros lugares, distantes no tempo e no espaço, e perceber as marcas do passado no presente.

Assim, o referido documento propõe a disciplina de geografia um trabalho pedagógico que visa à ampliação das capacidades dos alunos, do Ensino Fundamental, de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos.

É importante percebermos que para a instituição, a formação depende da concepção escolar e da sociedade. De acordo com a formação pedagógica dos profissionais da educação, a escola pode traçar metas e estabelecer ações estratégicas que venham a contribuir para o grande desafio de incluir e integrar o alunado que esteja matriculado no processo de formação. Não falamos de segregação, mas de inclusão na instituição em busca de ampliar os conhecimentos e perceber o diferencial que a disciplina de geografia possa fazer na vida de cada aluno e o mesmo venha atuar de forma significativa na sociedade.

Para isso, a concretização de uma proposta pedagógica deve nascer no interior da instituição de ensino-aprendizagem, em um processo de discussão coletiva e permanente com toda a comunidade escolar, sendo esse processo de discussão concretizada e solidificada no Projeto Político Pedagógico e nos demais documentos que norteiam e dão suporte para que a escola possa desempenhar um trabalho importante e significativo no seu interior, possibilitando ao aluno bom desempenho na sua aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nos revelou que o Projeto Político Pedagógico de uma escola deve ser o resultado de uma proposta de planejamento coletivo, desde do momento em que é pensado até o momento de sua operacionalização.

Assim, o PPP da escola, precisa abordar questões didático e pedagógicas que atendam às necessidades de toda a turma, não em momentos diferentes, mas sim apresentar estratégias didático-pedagógicas e metodológicas para todos os componentes indiferentemente se os alunos têm ou não algum tipo de dificuldade de aprendizagem.

É preciso lançar mão para se construir uma escola em que todos tenham os mesmos direitos de um ensino e de uma aprendizagem capaz de modificar e de transforma a realidade existente. Essas mudanças fazem com que a escola precise desenvolver ações que respaldem a cultura local, valorizando a sua proposta pedagógica efetivando a educação como um direito social inalienável, o que resultará em uma maior participação de todos e uma melhor qualidade de vida.

Estão no Projeto Político Pedagógico os sonhos, desejos, ideias e possibilidades de ações da comunidade educativa nas dimensões físico-estrutural, administrativa pedagógica e relacional enquanto mecanismos que fortalecem e dão suporte à concretização de uma ação educativa comprometida com a formação do cidadão consciente, solidário, fraterno e competente no que se propuser a fazer, tornando-se um colaborador na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Diante da importância das questões aqui discutidas e dos resultados apresentados, esperamos que esta pesquisa contribua para uma maior reflexão sobre a qualidade do ensino-aprendizagem na disciplina de geografia e que o referido documento possa favorecer subsídios importantes para a tomada de decisões referentes à educação. Sem a intenção de dar por finalizado esse debate, desejamos que outros profissionais se posicionem a respeito do tema, discutindo outras questões a ele relacionadas.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: **Investigação qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, Alonso Bezerra de; SILVA, Wilton Carlos Lima da (Orgs.). **Sociologia da educação: leituras e interpretações**. São Paulo/SP: Avercamp, 2006.

DELORIS, Jacques. **Educação: Um Tesouro a Descobrir**, 2ª Ed, São Paulo: Cortez; Brasília - DF: MEC: UNESCO, 1999.

ESCOLA ESTADUAL JOÃO TERTULINO LOPES. **Projeto Político Pedagógico**, 2016.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7ª Ed, São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MORIM, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**, 3ª Ed, São Paulo: Cortez; Brasília – DF: UNESCO, 2001.